

SUSEPE-RS

Técnico Superior Penitenciário -
Direito

Superintendência dos
Serviços Penitenciários
do Rio Grande do Sul



Edital **verticalizado**

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Leitura e compreensão de textos:
 - 1.1 Assunto.
 - 1.2 Estruturação do texto.
 - 1.3 Ideias principais e secundárias.
 - 1.4 Relação entre as ideias.
 - 1.5 Efeitos de sentido.
 - 1.6 Figuras de linguagem.
 - 1.7 Recursos de argumentação.
 - 1.8 Informações implícitas: pressupostos e subentendidos.
 - 1.9 Coesão e coerência textuais.
2. Léxico:
 - 2.1 Significação de palavras e expressões no texto.
 - 2.2 Substituição de palavras e de expressões no texto.
 - 2.3 Estrutura e formação de palavras.
3. Aspectos linguísticos:
 - 3.1 Relações morfossintáticas.
 - 3.2 Ortografia: emprego de letras e acentuação gráfica sistema oficial vigente (inclusive o Acordo Ortográfico vigente, conforme Decreto 7.875/12).
 - 3.3 Relações entre fonemas e grafias.
 - 3.4 Flexões e emprego de classes gramaticais.
 - 3.5 Vozes verbais e sua conversão.
 - 3.6 Concordância nominal e verbal.
 - 3.7 Regência nominal e verbal (inclusive emprego do acento indicativo de crase).
 - 3.8 Coordenação e subordinação: emprego das conjunções, das locuções conjuntivas e dos pronomes relativos.
 - 3.9 Pontuação.

INFORMÁTICA

1. Conhecimentos do sistema operacional Microsoft Windows 10:
 - (1) Área de Trabalho (Exibir, Classificar, Atualizar, Resolução da tela, Gadgets) e Menu Iniciar (Documentos, Imagens, Computador, Painel de Controle, Dispositivos e

Impressoras, programa Padrão, Ajuda e Suporte, Desligar, Todos os programas, Pesquisar programa e Arquivos e Ponto de Partida): saber trabalhar, exibir, alterar, organizar, classificar, ver as propriedades, identificar, usar e configurar, utilizando menus rápidos ou suspensos, painéis, listas, caixa de pesquisa, menus, ícones, janelas, teclado e/ou mouse;

- (2) Propriedades da Barra de Tarefas, do Menu Iniciar e do Gerenciador de Tarefas: saber trabalhar, exibir, alterar, organizar, identificar, usar, fechar programa e configurar, utilizando as partes da janela (botões, painéis, listas, caixa de pesquisa, caixas de marcação, menus, ícones e etc.), teclado e/ou mouse;
- (3) Janelas (navegação no Windows e o trabalho com arquivos, pastas e bibliotecas), Painel de Controle e Lixeira: saber exibir, alterar, organizar, identificar, usar e configurar ambientes, componentes da janela, menus, barras de ferramentas e ícones; usar as funcionalidades das janelas, programa e aplicativos utilizando as partes da janela (botões, painéis, listas, caixa de pesquisa, caixas de marcação, menus, ícones e etc.), teclado e/ou mouse;
- (4) Bibliotecas, Arquivos, Pastas, Ícones e Atalhos: realizar ações e operações sobre bibliotecas, arquivos, pastas, ícones e atalhos: localizar, copiar, mover, criar, criar atalhos, criptografar, ocultar, excluir, recortar, colar, renomear, abrir, abrir com, editar, enviar para, propriedades e etc.; e
- (5) Nomes válidos: identificar e utilizar nomes válidos para bibliotecas, arquivos, pastas, ícones e atalhos.

2. Conhecimentos sobre o programa Microsoft Word 2016:

- (1) Ambiente e Componentes do Programa: saber identificar, caracterizar, usar, alterar, configurar e personalizar o ambiente, componentes da janela, funcionalidades, menus, ícones, barra de ferramentas, guias, grupos e botões, incluindo número de páginas e palavras, erros de revisão, idioma, modos de exibição do documento e zoom;
- (2) Documentos: abrir, fechar, criar, excluir, visualizar, formatar, alterar, salvar, configurar documentos, utilizado as barras de ferramentas, menus, ícones, botões, guias e grupos da Faixa de Opções, teclado e/ou mouse;
- (3) Barra de Ferramentas: identificar e utilizar os botões e ícones das barras de ferramentas das guias e grupos Início, Inserir, Layout da Página, Referências, Correspondências, Revisão e Exibição, para formatar, personalizar, configurar, alterar e reconhecer a formatação de textos e documentos; e
- (4) Ajuda: saber usar a Ajuda.

3. Conhecimentos sobre o programa Microsoft Excel 2016:

- (1) Ambiente e Componentes do Programa: saber identificar, caracterizar, usar, alterar, configurar e personalizar o ambiente, componentes da janela, funcionalidades, menus, ícones, barra de ferramentas, guias, grupos e botões;
- (2) Elementos: definir e identificar célula, planilha e pasta; saber selecionar e reconhecer a seleção de células, planilhas e pastas;

- (3) Planilhas e Pastas: abrir, fechar, criar, visualizar, formatar, salvar, alterar, excluir, renomear, personalizar, configurar planilhas e pastas, utilizar fórmulas e funções, utilizar as barra de ferramentas, menus, ícones, botões, guias e grupos da Faixa de Opções, teclado e/ou mouse;
 - (4) Barra de Ferramentas: identificar e utilizar os ícones e botões das barras de ferramentas das guias e grupos Início, Inserir, Layout da Página, Fórmulas, Dados, Revisão e Exibição, para formatar, alterar, selecionar células, configurar, reconhecer a formatação de textos e documentos e reconhecer a seleção de células;
 - (5) Fórmulas: saber o significado e resultado de fórmulas; e
 - (6) Ajuda: saber usar a Ajuda.
4. Google Chrome versão atualizada:
- (1) Ambiente e Componentes do Programa: identificar o ambiente, características e componentes da janela principal;
 - (2) Funcionalidades: identificar e saber usar todas as funcionalidades do Google Chrome.
5. Mozilla Firefox versão atualizada:
- (1) Ambiente e Componentes do Programa: identificar o ambiente, características e componentes da janela principal;
 - (2) Funcionalidades: identificar e saber usar todas as funcionalidades do Mozilla Firefox.
6. Internet Explorer 11:
- (1) identificar o ambiente, características e componentes da janela principal do Internet Explorer;
 - (2) identificar e usar as funcionalidades da barra de ferramentas e de status;
 - (3) identificar e usar as funcionalidades dos menus;
 - (4) identificar e usar as funcionalidades das barras de Menus, Favoritos, Botões do Modo de Exibição de Compatibilidade, Barra de Comandos, Barra de Status; e
 - (5) utilizar teclas de atalho para qualquer operação.
7. Outlook Express: Contas de e-mail, endereços de e-mail, escrever, enviar, responder e encaminhar mensagens, destinatário oculto, arquivos anexos, organizar e selecionar mensagens recebidas. Importar e exportar mensagens. Funcionalidade dos menus, ferramentas e teclas de atalho.
8. Microsoft Outlook 2016: Contas de e-mail, endereços de e-mail, escrever, enviar, responder e encaminhar mensagens, destinatário oculto, arquivos anexos, organizar e selecionar mensagens recebidas. Importar e exportar mensagens. Funcionalidade dos menus, ferramentas e teclas de atalho.
9. Gmail: Funcionamento do serviço de e-mail Gmail, incluindo: menus, caixas de e-mails, enviados, rascunhos, configurações, estrela, escrever, responder, encaminhar, inserir anexos, filtros, entre outros.

LEGISLAÇÃO APLICADA/DIREITO

1. Lei Federal nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 – Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.
2. Lei Federal nº 12.288, de 20 de julho de 2010 – Estatuto Nacional da Igualdade Racial.
3. Lei Estadual nº 13.694, de 19 de janeiro de 2011 – Estatuto Estadual da Igualdade Racial e dá outras providências.
4. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988:
 - Dos Princípios Fundamentais: Artigos: 1º; 2º; 3º e 4º;
 - Dos Direitos e Garantias Fundamentais: Artigos: 5º; 6º; 7º; 8; 9º; 10º; 14; 15; 16; e 17;
 - Da Organização do Estado: Da União: Artigos: 21; 22; 23 e 24; Dos Estados Federados: Artigos: 25; 26; 27 e 28;
 - Da Administração Pública: Artigos: 37; 38; 39; 40 e 41.
 - Do Poder Judiciário - Disposições Gerais: Artigos: 92; 93; 94; 95; 96; 97; 98; 99 e 100;
 - Dos Tribunais e Juízes dos Estados: Artigos: 125 e 126;
 - Do Ministério Público: Artigos: 127; 128 e 129;
 - Da Advocacia Pública: Artigos: 131 e 132;
 - Da Advocacia e Defensoria Pública: Artigos: 133 e 134;
 - Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas: Da Segurança Pública; Artigo 144.
5. Lei Federal nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989 – Dispõe sobre a prisão temporária;
6. Lei Federal nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Institui a Lei de Execução Penal;
7. Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 - dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a coordenadoria nacional para integração da pessoa portadora de deficiência – Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências;
8. Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências;
9. Lei Federal nº 8.072, de 25 de julho de 1990 - Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências;

10. Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992 - Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências;
 11. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – Lei de licitações e Contratos Administrativos;
 12. Lei Federal nº 8.930, de 06 de setembro de 1994 - Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências;
 13. Lei Federal nº 9.455, de 7 de abril de 1997 - Define os crimes de tortura e dá outras providências;
 14. Lei Estadual nº 10.098, de 03 de fevereiro de 1994 - Dispõe sobre o Estatuto e Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado do Rio Grande do Sul;
- Disposições Preliminares: Artigos 1º; 2º; 3º; 4º; 5º; 6º; 7º e 8º;
 - Do Provimento: Artigo 10;
 - Do Recrutamento e Seleção: Artigo 11;
 - Do Concurso Público: Artigos 12; 13; 14 e 15;
 - Da Nomeação: Artigo 16;
 - Da Lotação: Artigo 17;
 - Da Posse: Artigos 18; 19; 20 e 21;
 - Do Exercício: Artigos 22; 23; 24; 25; 26 e 27;
 - Do Estágio Probatório: Artigos 28 e 29;
 - Da Estabilidade: Artigos 30 e 31;
 - Do Regime de Trabalho: Artigos 32; 33 e 34;
 - Da Promoção: Artigos 35; 36; 37 e 38;
 - Da Readaptação: Artigo 39;
 - Da Reintegração: Artigo 43;
 - Da Reversão: Artigo 44;
 - Da Disponibilidade: Artigos 49 e 50;
 - Do Aproveitamento: Artigo 51;
 - Da Recondução: Artigo 54;
 - Da Vacância: Artigo 55 e 56;
 - Da Remoção: Artigo 58;
 - Da Redistribuição: Artigo 60;
 - Da Substituição: Artigo 61;
 - Do Tempo de Serviço: Artigos 62; 63; 64; 65 e 66;
 - Das Férias: Artigos 67; 68; 69; 71 e 72;
 - Do Vencimento e da Remuneração: Artigos 78; 79; 80; 81; 82; 83 e 84;
 - Das Vantagens: Artigos 85; 86; 87 e 88;
 - Das Indenizações: Artigo 89;

- Da Ajuda de Custo: Artigo 90; 91 e 93;
 - Das Diárias: Artigos 95 e 97;
 - Dos Avanços: Artigo 99;
 - Das Gratificações e Adicionais: Artigo 100;
 - Da Gratificação por Exercício de Função: Artigos 101; 102 e 103;
 - Da Gratificação Natalina: Artigo 104;
 - Da Gratificação por Exercício de Atividades Insalubres, Perigosas ou Penosas: Artigos 107; 108 e 109;
 - Do Adicional por Tempo de Serviço: Artigos 115 e 116;
 - Do Direito de Petição: Artigos 167; 168; 169; 170; 171; 172; 173; 174; 175 e 176;
 - Dos Deveres do Servidor: Artigo 177;
 - Das Proibições: Artigo 178;
 - Das Acumulações: Artigos 179; 180; 181 e 182;
 - Das Responsabilidades: Artigos 183; 184; 185; 186;
 - Das Penalidades: Artigos 187; 189; 190; 191 192; 193; 194; 195 e 196;
 - Do Processo Administrativo Disciplinar: Artigos 198; 199 e 200;
 - Da Sindicância: Artigos 201; 202 e 203;
 - Do Afastamento Preventivo: Artigo 204;
 - Do Processo Administrativo-Disciplinar em Espécie: Artigos 205; 206 e 207;
 - Do Inquérito Administrativo: Artigos 224 e 225;
 - Das Disposições Gerais: Artigos 266; 267 e 269.
15. Lei Federal nº 10.216, de 6 de abril de 2001 - Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental;
 16. Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências;
 17. Lei Federal nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 - Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências;
 18. Lei Federal nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 - Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências;
 19. Lei Federal nº 11.464, de 28 de março de 2007- Dá nova redação ao art. 2º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal;
 20. Lei Federal nº 12.403, de 4 de maio de 2011 - Altera dispositivos do Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, relativos à prisão processual, fiança, liberdade provisória, demais medidas cautelares, e dá outras providências;

21. Lei Estadual n.º 13.259, de 20 de outubro de 2009 - Dispõe sobre o Quadro Especial de Servidores Penitenciários do Estado do Rio Grande do Sul, da Superintendência dos Serviços Penitenciários – SUSEPE – criado pela Lei nº 9.228, de 1º de fevereiro de 1991, e dá outras providências, e suas alterações;
22. Declaração Universal Dos Direitos Humanos - Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948;
23. Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro De 1940 - Código Penal: Da Aplicação da Lei Penal; Da Imputabilidade Penal; Do Concurso de Pessoas; Das Penas; Das Medidas de Segurança; Da Ação Penal; Da Extinção da Punibilidade; Dos Crimes Contra a Pessoa, Dos Crimes Contra o Patrimônio, Dos Crimes Contra a Dignidade Sexual, Dos crimes Contra a Paz Pública, Dos Crimes Contra a Fé Pública, Dos Crimes Contra a Administração Pública.
24. Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal: Da Prisão e da Liberdade Provisória; Da Execução das Penas em Espécie.
25. Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992 - Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969;
26. Decreto nº 46.534, de 04 de agosto de 2009. Dispõe sobre o Regimento Disciplinar Penitenciário do Estado do Rio Grande do Sul
27. Resolução nº 14, de 11 de novembro de 1994. Regras Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil.
28. Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, texto constitucional de 3 de outubro de 1989.
 - Dos Princípios Fundamentais: Artigos: 1º e 2º;
 - Da Organização do Estado: Disposições Preliminares: Artigos: 3º; 5º; 6º e 7º;
 - Da Administração Pública: Artigos: 19; 20; 21; 23; 24; 26 e 27;
 - Dos Servidores Públicos Civis: Artigos: 29; 30; 31; 32; 33; 34; 35; 36; 37; 44 e 45;
 - Do Poder Legislativo: Disposições Gerais: Artigo: 49;
 - Das Atribuições da Assembleia Legislativa: Artigo 52;
 - Do Poder Executivo: Artigo 78;
 - Das Atribuições do Governador: Artigo: 82;
 - Dos Secretários de Estado: Artigos: 85; 86; 87 e 90;
 - Do Poder Judiciário: Disposições Gerais: Artigos: 91; 92 e 93;
 - Do Tribunal de Justiça: Artigo: 94;
 - Dos Juízes de Primeiro Grau: Artigos: 98 e 99;
 - Do Ministério Público: Artigos 107; 108; 109 e 111;
 - Da Advocacia-Geral do Estado: Artigos: 114 e 115;
 - Da Defensoria Pública: Artigos: 120 e 122;
 - Da Segurança Pública: Artigos: 124; 125; 126 e 127;
 - Da Brigada Militar: Artigo: 129;

- Da Polícia Civil: Artigos: 133; 134; 135;
 - Do Instituto Geral de Perícia: Artigo: 136;
 - Da Política Penitenciária: Artigos: 137; 138 e 139.
29. CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL.
30. Decreto Estadual nº 48.598/2011 - Dispõe sobre a inclusão da temática de gênero, raça e etnia nos concursos públicos para provimento de cargos de pessoal efetivo no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Estado do Rio Grande do Sul.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

Administração Pública Direta: espécies de órgãos públicos.

Administração Pública Indireta: autarquias, fundações públicas, sociedades de economia mista e empresas públicas.

Concessionárias e permissionárias.

Agências Executivas e Reguladoras. Conselhos de Fiscalização Profissional.

Princípios que regem a Administração Pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, dignidade da pessoa humana, boa-fé, igualdade, continuidade do serviço público e segurança jurídica.

Atos Administrativos: noção, atributos, elementos, classificação, perfeição, eficácia e validade. Espécies. Extinção. Controle judicial dos atos administrativos.

Processo Administrativo: noção, princípios aplicáveis, a procedimentalização das decisões administrativas. Processo Administrativo Disciplinar. Processo sumário.

Poderes Administrativos: Poder de Polícia, Poder Disciplinar, Poder Hierárquico, Poder Vinculado, Poder Discricionário e Poder Regulamentar.

Agentes Públicos: noção e classificação. Espécies de regimes jurídicos: institucional e contratual.

Regras constitucionais aplicáveis aos servidores públicos.

Agentes públicos e a improbidade administrativa (Lei nº 8.429/92).

Licitação Pública: conceito, finalidade, princípios, objeto, obrigatoriedade, dispensa e inexigibilidade. Procedimento, anulação e revogação da licitação.

Modalidades de licitação. Sanções penais na licitação.

Lei nº Lei 8.666/1993 e 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Contratos Administrativos: conceitos, peculiaridades e interpretação.

Formalização do contrato administrativo: instrumento, conteúdo, cláusulas essenciais ou necessárias, garantias para a execução do contrato, modalidades de garantia. Execução do contrato administrativo: direitos e obrigações das partes, acompanhamento da execução do contrato, extinção, prorrogação e renovação do contrato. Inexecução, revisão, suspensão e rescisão do contrato. Lei nº 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Serviço Público: conceito e classificação. Regulamentação e controle. Requisitos do serviço e direitos do usuário. Competência para prestação do serviço. Formas e meios de prestação do serviço.

Convênios e consórcios administrativos. Concessão, permissão e autorização. Lei nº 8.987/95.

Domínio Público: conceito e classificação dos bens públicos. Administração dos bens públicos. Utilização dos bens públicos. Alienação dos bens públicos. Imprescritibilidade, impenhorabilidade e não oneração dos bens públicos. Intervenção na propriedade e atuação no domínio econômico. Desapropriação. Servidão administrativa. Requisição. Ocupação temporária. Limitação administrativa.

Responsabilidade civil do Estado: noção, excludentes de responsabilidade civil do Estado, ação de regresso. Interpretação do artigo 37, §6º, da Constituição Federal. Teoria da responsabilidade civil objetiva. A responsabilidade civil do Estado por atos omissivos e comissivos de seus agentes.

Controle da administração: conceito, tipos e formas de controle. Responsabilidade fiscal. Controle administrativo: conceito e meios de controle. Formas judiciais de controle da atividade administrativa: Ação Popular (Lei n. 4.717/65), Ação Civil Pública (Lei n. 7.347/85) e Mandado de Segurança individual e coletivo (Lei n. 12.016/2009).

Sumulas do Supremo Tribunal Federal e Sumulas do Superior Tribunal de Justiça sobre Direito Administrativo.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Constituição: princípios fundamentais.

Teoria da Constituição. Classificação das Constituições.

Da aplicabilidade e interpretação das normas constitucionais; vigência e eficácia das normas constitucionais.

Controle de constitucionalidade: sistemas difuso e concentrado; ação direta de inconstitucionalidade; ação declaratória de constitucionalidade e arguição de descumprimento de preceito fundamental.

Dos direitos e garantias fundamentais: dos direitos e deveres individuais e coletivos; dos direitos sociais; dos direitos de nacionalidade; dos direitos políticos.

Da organização político administrativa: das competências da União, Estados e Municípios.

Da organização do Estado: arts. 18 a 43 da Constituição Federal.

Do Poder Legislativo: Do Congresso Nacional. Atribuições do Congresso Nacional, Da Câmara dos Deputados. Do Senado Federal. Dos Deputados e Senadores. Das reuniões e das comissões.

Processo legislativo.

Da fiscalização contábil, financeira e orçamentária. (arts. 44 a 75 da Constituição Federal).

Do Poder Executivo: arts. 76 a 91 da Constituição Federal.

Do Poder Judiciário: disposições gerais; do Supremo Tribunal Federal; do Superior Tribunal de Justiça; dos Tribunais Regionais Federais e dos Juízes Federais; dos Tribunais e Juízes do Trabalho.

Das funções essenciais à Justiça: do Ministério Público; da Advocacia Pública; da Advocacia e da Defensoria Públicas.

Da Tributação e do Orçamento (arts. 145 a 169 da Constituição Federal).

Da Ordem Econômica e Financeira (arts. 170 a 192 da Constituição Federal).

Da Ordem Social: Da Saúde (arts. 196 a 200 da Constituição Federal).

DIREITO CIVIL

Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro.

Das Pessoas Naturais: Da personalidade e da capacidade; Dos direitos da personalidade.

Das Pessoas Jurídicas. Do Domicílio.

Das Diferentes Classes de Bens: Dos bens considerados em si mesmos (Dos bens imóveis; Dos bens móveis); Dos bens públicos.

Dos Fatos Jurídicos.

Das modalidades das Obrigações: Das obrigações de dar; Das obrigações de fazer; Das obrigações de não fazer. Do Adimplemento e Extinção das Obrigações: Do pagamento. Do Inadimplemento das Obrigações.

Dos Contratos em Geral. Das Várias Espécies de Contrato: Da compra e venda; Da doação; Da locação de coisas; Do empréstimo; Da prestação de serviço; Da empreitada; Do seguro (Disposições gerais; Do seguro de dano).

Da Responsabilidade Civil.

Da Posse.

Da Propriedade: Da propriedade em geral (Disposições preliminares); Da aquisição da propriedade imóvel; Da perda da propriedade. Súmulas do STF e STJ sobre Direito Civil.

DIREITO PENAL

Dos Princípios do Direito Penal.
Da Aplicação da Lei Penal.
Da Infração penal.
Da Imputabilidade Penal.
Do Concurso de Pessoas.
Das Penas.
Das Medidas de Segurança.
Da Ação Penal.
Da Extinção da Punibilidade.
Dos Crimes Contra a Pessoa.
Dos Crimes Contra o Patrimônio.
Dos Crimes Contra a Dignidade Sexual.
Dos crimes Contra a Paz Pública.
Dos Crimes Contra a Fé Pública.
Dos Crimes Contra a Administração Pública.
Código Penal: Parte Geral e Parte Especial.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. Inquérito policial.
Ação penal. Ação civil.
Jurisdição; competência.
Questões e Processos Incidentes.
Prova.
Juiz, Ministério Público, Acusado, Defensor, Assistentes e Auxiliares da Justiça.
Prisão e Liberdade Provisória.
Citação e Intimação.
Sentença.
Processo Comum.
Processos dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos.
Execução Penal.

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Legislação e suas alterações.

Crimes de tortura (Lei nº 9.455/1997).

Tráfico ilícito e uso indevido de drogas (Lei nº 11.343/2006).

Crimes hediondos (Lei nº 8.072/1990).

Crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor (Lei nº 7.716/1989).

Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019).

Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990).

Estatuto do desarmamento (Lei nº 10.826/2003).

Execução Penal (Lei nº 7.210/1984).

Lavagem de dinheiro (Lei nº 9.613/1998).

Juizados especiais (Lei nº 9.099/1995 e Lei nº 10.259/2001).

Crimes previstos no Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997).

Organização criminosa (Lei nº 12.850/2013).

Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003).

Prisão Temporária (Lei nº 7.960/89).

Violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei nº 11.340/2006).

Pacote Anticrime.

OUTROS CONTEÚDOS

Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica).

Regras de Mandela: regras mínimas das Nações Unidas para o tratamento de presos.

Regras de Bangkok: regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras.



aprova
concursos

0800 727 6282

www.aprovaconcursos.com.br